

29/03/2011

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.957 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. AYRES BRITTO</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: SIMONE LUZ DE AVILA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. CRIME DE TENTATIVA DE FURTO (*CAPUT* DO ART. 155, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 14 DO CÓDIGO PENAL). BIJUTERIAS QUE NÃO SUPERAM O VALOR DE R\$ 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS). ALEGADA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA, POR SE TRATAR DE UM INDIFERENTE PENAL. PROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. ANÁLISE OBJETIVA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Para que se dê a incidência da norma penal, não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo em causa. Pena de se provocar a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar.

2. No caso, a inexpressividade financeira do objeto que se tentou furtar *salta aos olhos*. Risco de um desfalque praticamente nulo no patrimônio da suposta vítima, que, por isso mesmo, nenhum sentimento de impunidade experimentará com o reconhecimento da atipicidade da conduta da acusada.

3. *Habeas corpus* deferido para determinar o trancamento da ação penal, com a adoção do princípio da insignificância penal.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da

**HC 106.957 / RS**

Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em deferir a ordem, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO AYRES BRITTO

-

RELATOR

29/03/2011

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 106.957 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. AYRES BRITTO</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: SIMONE LUZ DE AVILA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

### RELATÓRIO

#### **O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Trata-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça. Acórdão que recusou a tese defensiva da atipicidade da conduta debitada à paciente.

2. Pois bem, a Defensoria Pública da União, impetrante, alega a irrelevância penal do fato narrado na inicial acusatória. Fato, esse, formalmente constituidor do delito de furto simples, na forma tentada. E o que diz a acionante? Fala que:

“[...] o ato de que é acusada a paciente reveste-se de insignificância. Efetivamente foi de pouca gravidade; não atingiu o bem jurídico de maneira que tenha apresentado ofensa ou perigo capaz de lesão ao objeto jurídico tutelado pela norma penal incriminadora e que até já foi devolvido à vítima.

[...]”

3. Avanço neste relato para anotar que o ministro Cezar Peluso, no período de férias forenses, indeferiu a medida liminar requestada. Isso diante do caráter satisfativo do pleito cautelar. Na oportunidade, Sua Excelência solicitou informações à autoridade impetrada.

4. À derradeira, consigno que a Procuradoria-Geral da República opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

\*\*\*\*\*

29/03/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 106.957 RIO GRANDE DO SUL

V O T O

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)**

De saída, colho os fatos narrados na denúncia:

“[...]

No dia 27 de março de 2008, por volta das 15h15min, na Rua Zaliy, 143, Centro, nesta cidade, no interior da Loja *Strap*, a denunciada tentou subtrair, para si, visando lucro fácil, uma corrente banhada em prata, no valor de R\$ 70,00; um par de brincos banhados em prata, no valor de R\$ 20,00; um par de brincos banhados em prata, no valor de R\$ 25,00, e um pingente banhado em prata, no valor de R\$ 25,00, conforme auto de apreensão da fl. 06, os quais pertenciam ao referido estabelecimento comercial.

Na oportunidade, a denunciada adentrou no estabelecimento comercial e solicitou à atendente [...] para olhar os bens acima. Enquanto dita funcionária exibia as bijouterias à acusada esta, segurando os bens em suas mãos, retirou-se em disparada da loja, na posse da *res furtivae*, somente não alcançando consumir o delito, por circunstâncias alheias à sua vontade, porquanto fora perseguida pelas atendentes da loja e detida por um policial militar que se encontrava próximo ao local do fato.

A *res* foi apreendida e restituída à vítima, conforme auto de restituição da fl. 07.

[...]”

7. Nessa contextura, e considerando tanto a “*baixa periculosidade e lesividade*” da conduta quanto a “*inexistência de qualquer prejuízo à vítima*”, o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande/RS rejeitou a denúncia, aduzindo a atipicidade do fato descrito pelo órgão de acusação.

**HC 106.957 / RS**

8. Deu-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou a decisão do Juízo Processante e determinou o “*normal processamento do feito*”.

9. Nessa mesma linha interpretativa, o Superior Tribunal de Justiça deu pela tipicidade formal e material da conduta debitada à paciente. Isso embasado na idéia-força de que “*o valor dos bens furtados pela paciente (R\$ 140,00) não se insere na concepção doutrinária e jurisprudencial de crime de bagatela, razão pela qual não incide na espécie o princípio da insignificância*”.

10. Dito isso, passo a examinar, desde logo, a tese de que os fatos alegadamente praticados pela acionante são atípicos. Fazendo-o, começo por lembrar que o princípio da insignificância é doutrinariamente versado como vetor interpretativo do tipo penal. É dizer: vetor interpretativo que exclui da abrangência do Direito Penal condutas provocadoras de ínfima lesão ao bem jurídico por ele tutelado.

11. Tal forma de interpretação conduz, para além de uma desnecessária carcerização, ao descongestionamento de uma Justiça Penal que se deve ocupar apenas de infrações tão lesivas a bens jurídicos dessa ou daquela pessoa quanto aos interesses societários em geral. Estou a dizer: há situações em que o delito não se configura senão quanto à sua teórica adequação à respectiva descrição normativa, pois o certo é que, no plano dos fatos, é praticamente nulo o desfalque patrimonial experimentado pela vítima, como praticamente nula a sua expectativa quanto a punição do acusado.

13. Certo, não se nega o caráter dual da aplicabilidade do princípio. Se, de um lado, revelam-se patentes a necessidade e a utilidade da consideração da insignificância, por outro, é imprescindível que sua aplicação se dê de maneira criteriosa. Isso para evitar que a tolerância estatal vá além dos limites do razoável em função dos bens jurídicos envolvidos. É dizer: todo cuidado é preciso para que a insignificância como verdadeiro “*indiferente penal*” não seja aplicada para estimular condutas atentatórias da legítima esfera de interesses tanto dos supostos agentes passivos quanto da sociedade como um todo.

14. Presente essa moldura teórica, pondero que, no caso *sub judice*, é

**HC 106.957 / RS**

necessário saber se a alegada tentativa de furto de algumas bijuterias, avaliadas em R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), pode ou não ser considerado como infração de bagatela. Nonada, ou prejuízo tão irrisório ao ponto de excluir a própria tipicidade material da conduta do agente e, por conseqüência, o direito estatal de punir.

15. Muito bem. Aqui, atento às peculiaridades do feito, tenho por imperiosa a aplicação do princípio da insignificância penal. É que os fatos atribuídos à paciente não tiveram a força de agredir, materialmente, o tipo penal incriminador (cabeça do art. 155, combinado com o inciso II do art. 14, ambos do Código Penal); ou seja, para que se dê a incidência da norma penal não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo em causa. Pena de se provocar a mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste para afinal não ter o que substancialmente tutelar.

16. No caso, a patente inexpressividade financeira do objeto que o acusado tentou subtrair (cento e quarenta reais) salta aos olhos. Isto sem contar que a vítima não sofreu nenhum prejuízo material, sendo certo que não houve nenhum ato de violência praticado pelo acusado. Mais: a conduta imputada ao paciente consistiu no risco de um desfalque praticamente nulo no patrimônio da suposta vítima, que, por isso mesmo, nenhum sentimento de impunidade experimentará com o reconhecimento da atipicidade penal. Nessa linha de orientação, leiam-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

*"Habeas Corpus. 2. Furto de janela veneziana no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais). 3. Mínimo grau de lesividade da conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. 4. Ordem concedida."*

(HC 104.468, da relatoria do ministro Gilmar Mendes.)

**"DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.**

**HC 106.957 / RS**

ANTECEDENTES CRIMINAIS. ORDEM CONCEDIDA. 1. A questão de direito tratada neste *writ*, consoante a tese exposta pela impetrante na petição inicial, é a suposta atipicidade da conduta realizada pelo paciente com base no princípio da insignificância. 2. Considero, na linha do pensamento jurisprudencial mais atualizado que, não ocorrendo ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal, por ser mínima (ou nenhuma) a lesão, há de ser reconhecida a excludente de atipicidade representada pela aplicação do princípio da insignificância. O comportamento passa a ser considerado irrelevante sob a perspectiva do Direito Penal diante da ausência de ofensa ao bem jurídico protegido. 3. Como já analisou o Min. Celso de Mello, o princípio da insignificância tem como vetores a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada (HC 84.412/SP). 4. No presente caso, considero que tais vetores se fazem simultaneamente presentes. Consoante o critério da tipicidade material (e não apenas formal), excluem-se os fatos e comportamentos reconhecidos como de bagatela, nos quais têm perfeita aplicação o princípio da insignificância. O critério da tipicidade material deverá levar em consideração a importância do bem jurídico possivelmente atingido no caso concreto. 5. Não há que se ponderar o aspecto subjetivo para a configuração do princípio da insignificância. Precedentes. 6. *Habeas Corpus* concedido.”

(HC 102.080, da relatoria da ministra Ellen Gracie.)

“1. AÇÃO PENAL. Justa causa. Inexistência. Delito de furto. Subtração de garrafa de vinho estimada em vinte reais. Res furtiva de valor insignificante. Crime de bagatela. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Extinção do processo. HC concedido para esse fim. Precedentes. Verificada a objetiva insignificância jurídica do ato tido por delituoso, é de ser extinto o processo da ação penal, por atipicidade do comportamento e conseqüente inexistência de

**HC 106.957 / RS**

justa causa.

[...]”

(HC 88.393, da relatoria do ministro Cezar Peluso –Segunda Turma.)

(Sem destaques no original.)

17. De se ver, ainda, que a peça inicial acusatória foi acompanhada de proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/1995. Proposta segundo a qual o denunciado não se ressente de condenação anterior e atende, em linha de princípio, aos requisitos descritos no art. 77 do Código Penal (*“I – o condenado não seja reincidente em crime doloso; II – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; [...]”*).

18. Por tudo quanto posto, concedo o *habeas corpus*. O que faço para determinar o trancamento da Ação Penal nº 023/2080003607-1 da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Grande/RS, com a adoção do princípio da insignificância.

19. É como voto.

\* \* \* \* \*



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 106.957**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**

PACTE.(S) : SIMONE LUZ DE AVILA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Deferida a ordem, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.03.2011.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão a Senhora Ministra Ellen Gracie e os Senhores Ministros Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador